

## A NOÇÃO DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NAS RELAÇÕES DE COMPADRIO DA VILA SANTA MARIA DO BAEPENDI, SUL DE MINAS GERAIS, SÉCULO XIX

**Juliano Tiago Viana de Paula**

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ

**Resumo:** Neste artigo examinaremos como a ideia de justiça distributiva vigente nas sociedades mediterrâneas de antigo regime, possa nos auxiliar nas redes de compadres formadas por alguns oficiais da Guarda Nacional que foram moradores na Vila de Santa Maria do Baependi durante o século XIX. Para esta pesquisa, selecionamos três homens de distintos prestígios sociais, tais escolhas, se justificam por estes agentes terem sido no grupo da elite de Baependi, os que mais compareceram nas pias batismais da região. Portanto, através dos elos parentais destes indivíduos com os demais segmentos da sociedade Baependiense, procuraremos analisar, de que forma o princípio de justiça distributiva poderia ser percebido em suas relações de compadrio com as demais famílias da localidade. Para estes exames serão utilizados como fontes, os registros paroquiais de batismo, inventários post-mortem e testamentos.

**Palavras Chaves:** Compadrio, redes de compadres, Hierarquia social e Vila de Baependi.

### THE NOTION OF DISTRIBUTIVE JUSTICE IN "COMPADRIO" RELATIONSHIPS OF VILA SANTA MARIA DE BAEPENDI, SOUTH OF MINAS GERAIS, 19th CENTURY

**Abstract:** In this article we will examine how the idea of distributive justice prevailing in Mediterranean societies of old regime can help us in the networks of compadres formed by some National Guard officers who were residents in the Vila de Santa Maria do Baependi during the 19th century. For this research, we selected three men of different social prestige, such choices being justified by the fact that these agents were in the elite group of Baependi, who were most present in the baptismal fonts of the region. Therefore, through the parental links of these individuals with the other segments of Baependian society, we will try to analyze, in what way the principle of distributive justice could be perceived in their relations of compadrio with the other families of the locality. For these examinations will be used as sources, the parochial records of baptism, post-mortem inventories and wills.

**Keywords:** Compadrio, computer networks, social hierarchy and Baependi village.

## Introdução

O foco do trabalho recai sobre a Vila de Santa Maria do Baependi, que foi erigida Vila por Álvaro régio de 19 de julho de 1814<sup>1</sup>. Esta região encontra-se localizada no sul de Minas Gerais, durante o século XIX esteve voltada para o abastecimento interno de produtos, com destaque para a criação bovina, suína e cavalar<sup>2</sup>, além disto, o fumo era um dos principais produtos da região, pois atendia vários mercados locais como as outras praças comerciais fora da província de Minas Gerais.<sup>3</sup>

Na vila de Baependi ao longo do XIX, um terço da população escrava estava concentrava nas mãos de poucos senhores, porém, a propriedade cativa mostrou menos centralizada, pois mais da metade dos senhores da região possuíam unidades escravista que contava com a força de trabalho de 1 a 5 cativos. Nesta localidade a posse escravos, ao mesmo tempo era concentrada, como também, disseminada.<sup>4</sup>

É sobre esta realidade histórica que será analisada o compadrio de alguns homens da elite baependiense que mais compareceram as pias batismais da região. Por coincidência, os agentes que selecionamos para esta pesquisa eram detentos títulos militares algo que era almejado por muitos senhores, pois ser um oficial da Guarda Nacional aumentava o prestígio de uma pessoa.

Iremos ver ao longo deste trabalho, a quantidade de convites que estes senhores e oficiais da Guarda Nacional receberam para comparecer como padrinhos nas pias batismais de Baependi. Esta logica era desigualmente distribuída na sociedade, pois muitos senhores da região não eram chamados como frequência para apadrinharem crianças na região, sempre se desacatava aqueles com alto reconhecimento social. É importante acentuar neste trabalho, que os padrinhos que serão examinados neste artigo, não tratavam de maneira igual dos os seus afilhados, percebemos que o tipo de tratamento oferecido ao batizando e aos seus pais variavam, em varias situações dependia das posições que os pais dos batizando encontravam-se naquela sociedade. Havia um tratamento diferenciado para filhos de escravos, forros, livres e nobres, ou seja, nestes casos, os recursos que disponibilizados pelos eram distribuídos de maneira

---

<sup>1</sup> Arquivo Público Mineiro – APM. “Criação de vilas no período colonial”, v.1, f. 3, pp. 427-441, 1896.

<sup>2</sup> PAULA, Juliano Tiago Viana de Paula. *Escravidão, paternalismo e compadrio no Sul de Minas Gerais*. Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888), (Qualificação de Doutorado), PPHR-UFRJ, 2016, p.47.

<sup>3</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As Fronteiras da Província: Rotas de comércio Interprovincial*, Minas Gerais, 1839-1884. (Dissertação) Araraquara: UNESP, 2006.

<sup>4</sup> Viana de Paula, *Escravidão, paternalismo e compadrio no Sul de Minas Gerais*, op ., cit, p.28.

desigual. Desta forma, a utilização dos registros de batismo para os fins referidos acima, só poderá ser aceita deixando claro seu caráter parcial. Certamente havia relações importantes que não passava pelo águas do batismo, porém, obstamos em fazer esta análise, no sentido de compreender de que forma a noção de justiça de justiça distributiva da sociedade mediterrâneas pode ser vista nas relações de compadrio.

A noção de Justiça distributiva foi concebida para compreender a maneira como se organizavam juridicamente as sociedades católicas mediterrânea de Antigo Regime. Nestas áreas, a justiça conferia a cada o que lhe corresponde segundo seus status sociais. Sobre esta concepção jurídica, a justiça é compreendida na distribuição desigual de recursos entre distintos membros da sociedade<sup>5</sup>.

O princípio de justiça distributiva presente nas sociedades do mediterrâneo, também trazia consigo, uma forte ideia de hierarquização social, no sentido que os homens não são iguais perante a lei, no entanto a lei existe, porém, distintas para todos, segundo as condições e os méritos<sup>6</sup>.

O que era de cada um não era estabelecido através de critérios de igualdade, mas por meio de critérios equitativos como era interpretado nas sociedades de antigo regime, era necessário manter as coisas como estavam, ou seja, manter a paz e a justiça de modo a garantir ao nobre o que é do nobre, ao clérigo aquilo que é do clérigo, e aquele que não pertencem a nenhuma destas ordens, ou não era cidadão era estabelecido pelo direito natural que justificava jurídica e ideologicamente a manutenção da ordem<sup>7</sup>.

Sobre esta logica, cada individuo possuem diferentes qualidades, alguns são escravos, outros livres, camponeses e nobres<sup>8</sup>. Os homens partem de distintos lugares sociais, percorrendo diferentes caminhos e atingindo patamares diferentes, para cada um havia um leque de possibilidade de acordo com seus status numa sociedade complexa, hierárquica e excludente<sup>9</sup>.

Giovanni Levi nos esclarece que sobre bases de uma sociedade governada pelo princípio da Justiça Distributiva, a desigualdade é estratégica, aceita e racional<sup>10</sup>,

---

<sup>5</sup> Levi, LEVI, G. “Reciprocidade Mediterrânea”. In: RIBEIRO, M. & ALMEIDA, C. M. C. de (orgs.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51–86 p. 52.53

<sup>6</sup> Aristóteles. *Ética a Nicômaco*, livro V, 14, p.5-25.

<sup>7</sup> KELSEN, Hans. *A Justiça e o Direito Natural*. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Almedina, 2001.

<sup>8</sup> Levi, “*Reciprocidade Mediterrânea*”. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>9</sup> HAMEISTER, M. D. *Para Dar Calor à Nova Povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057416.pdf>. Consultado em 10/2016, p.229

<sup>10</sup> Levi, “*Reciprocidade Mediterrânea*”. *Op. cit.*, p. Pg. 52.

nisto era natural haver a desigualdade entre herdeiros, irmãos e grupos sociais mais privilegiados<sup>11</sup>.

Nos sistemas jurídicos mediterrâneos a noção de equidade, de acordo com Levi, não pode ser confundir com igualdade, as equidades, “são a própria raiz de um sistema jurídico que aspira organizar uma sociedade estratificada, porém móvel, na qual convive muitos sistemas normativos no esforço de conhecer o que é justo para cada um”<sup>12</sup>. Para o autor, a equidade contribuiu para justificar as classificações sociais nas sociedades de antigo regime, em outras palavras, “definir de maneira estável condições sociais as quais se reconhecem privilégios específicos”<sup>13</sup>. Neste sentido, a equidade era algo que naturalizava a desigualdade social.

A partir de agora iremos analisar, de que forma estas noções de justiça distributiva e equidade das sociedades mediterrânea de antigo regime, podem ser percebidas nas relações de compadrio dos homens de prestígio da Vila de Baependi.

#### **As redes de compadres do Alferes Antônio Machado da Silva.**

O Alferes Antônio Machado da Silva era filho legítimo de Antônio Machado da Silva e de Paula Maria da Fonseca, já falecidos, naturais da Província do Minho do Reino de Portugal. Casou-se em primeira núpcia com Dona Ana Maria do Amor Divino, cujo matrimônio não tiveram filhos<sup>14</sup>. No ano de 1832, uniu-se maritalmente com Dona Gabriela Mendes do Nascimento, filha legítima do Capitão Felix Ribeiro da Silva e de Dona Tereza Mendes do Nascimento.

Esta união foi celebrada na Fazenda Capanema, propriedade do Alferes Antônio Machado da Silva, foram testemunhas deste enlace, o Capitão Bento Ribeiro da Silva (irmão da noiva) e o Major Jose Joaquim Correia, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo da Vila de São Joao del Rei.<sup>15</sup> A presença desta pessoas de notoriedade como testemunha desta união, revela por si sós, que este casal estava integrado a uma importante rede sociabilidade, que lhe davam condições de estarem melhores situados numa hierarquia social.

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.63.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.65.

<sup>14</sup> Inventários – Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR): Testamento do Alferes Antônio Machado da Silva anexo em seu Inventario, cx:11, Ano de 1867.

<sup>15</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei.. Inventariado do Sargento Mor José Joaquim Correa, Ano: 1839, Caixa: 593.

Dona Gabriela Mendes do Nascimento, também era viúva, foi casada em primeiras núpcias com Jose da Costa e Souza, neste matrimonio deve dois filhos, José e Tereza. O senhor Jose da Costa e Souza veio a falecer no ano de 1831 e deve o seu inventario aberto em 1832, ano em que Dona Gabriel Mendes contraiu a sua segunda núpcia com o Alferes Antônio Machado da Silva.

No inventário de José da Costa e Souza, foram listados entre seus bens, 10 cabeças de gado, 3 carros de bois, casas em fazenda, 1 paiol, 3 casas de capim e 11 escravos, todo este patrimônio esteve avaliado em 11:492\$552, metade desta herança foi destinada a viúva<sup>16</sup>, Dona Gabriela Mendes do Nascimento, recebendo uma menção de 5:746,262<sup>17</sup>.

Tendo a parte que lhe cabe no inventario de seu falecido ex-marido, é possível Dona Gabriela Mendes do Nascimento tenha somado a sua fortuna com a de seu novo Marido, o Alferes Antônio Machado da Silva. A junção destas fortunas foi algo que garantia a preservação e a valorização do patrimônio familiar, pois após algumas décadas, este casal conseguiu aumentar os seus patrimônios. No ano de 1831 na fazenda Capanema, propriedade do Alferes Silva havia somente 6 escravos, sendo 4 crioulos, 1 pardo e 1 africanos. Em seu inventário aberto no ano de 1869, constam 29 cativos em sua unidade, além disto, havia 24 cabeças de gado, casa e mais benfeitorias no valor de 1:300\$000. Além disto, haviam terras em sociedade com Gabriel Joaquim de Oliveira e o com o Doutor Machado no valor de 8:000\$000. O Alferes Machado possuía também uma casa assombrada na cidade de Baependi avaliada em 1:000\$000. Todo seu patrimônio foi calculado em 24:614\$000<sup>18</sup>, os cativos era os maiores bens desta fortuna, representando 52% deste patrimônio.

O ex-marido de Dona Gabriela Mendes do Nascimento lhe deixou 5 escravos, destes, 4 eram do sexo feminino, é provável que estas escravas tenham procriado na escravaria do Alferes Silva, aumentando assim, o contingente de pessoas da sua senzala.

Como já sinalizamos em outros parágrafos, Alferes Antônio Machado da Silva estava cercado de agentes poderosos, o reflexo disto pode ser visto nas pessoas que foram acionadas para a avaliação dos seus bens. Os louvados deste inventário foram o

---

<sup>16</sup> Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR): Inventario de Joao da Costa e Souza, cx:06, Ano de 1832.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventários *Post-mortem* de Joao da Costa e Souza, Ano. 1832, Cx. 23.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Inventários *Post-mortem* do Alferes Antônio Machado da Silva, cx: 17, ano: 1869.

Barão da Roseta, Justo Domingos Maciel e o Tenente Coronel José Romão Nogueira. Estes homens na Vila de Baependi também eram bastante procurados para apadrinhar crianças na região.

O Barão Justo Domingos Maciel, era proprietário da Fazenda da Roseta, localizada na Vila de Baependi, foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional, em 1868 fez parte da comitiva que recepcionou a visita da família Imperial à Caxambu, além disto, foi presidente da Câmara de Baependi e prefeito da Cidade. Em 1884, acompanhou o Imperador Pedro II na inauguração da ferrovia “The Minas and Rio Railway”<sup>19</sup>. Não sabemos ao certo quantos escravos havia na Fazenda Roseta, mas nos registros de batismo de Baependi, encontramos 34 crianças da escravaria do Barão Justo Maciel sendo levadas as pias batismais, tudo indica que este senhor era dono de um grande plantel de cativos.

Com relação ao Tenente Coronel José Romão Nogueira, não temos muitas informações ao seu respeito, era casada com Dona Maria Clementina Nogueira, filha do finado do Tenente Afonso Gomes Nogueira. Sendo Tenente Coronel da Guarda Nacional, era respeitado e prestigiado na Vila de Baependi, além disto, sua patente ocupava o segundo lugar na hierarquia do exercito nacional. Este posto recaia sobre pessoas socialmente qualificadas, em regra, detentoras de riquezas e de notoriedade social<sup>20</sup>.

Ambos senhores que acabamos de mencionar eram compadres, mas nenhum deles convidou o Alferes Antônio Machado da Silva para ser padrinho de uns de seus filhos, ou seja, os laços de sociabilidade que o Alferes Silva criou que estes homens não foram concretizados através do compadrio, é provável que estas relações fossem tecidas em outras instancias, como no próprio meio militar.

Como apontou Michel Bertrand, não se trata de ignorar o papel das relações familiares, o que se deve evitar é a naturalização de sua importância, recusando a partir da ideia de sua superioridade em relação aos outros campos geradores de sociabilidade.

---

<sup>19</sup> <http://www.fazendadaroseta.com.br/nossa-historia/>

<sup>20</sup> Faoro, 1979, p.621. Formava a Guarda Nacional as companhias das Infantarias, composta por 100 a 140 guardas nacionais. Comando da legião ficava a cargo do Coronel, maior posto militar na hierarquia da Guarda Nacional, nomeado pelo Presidente da Província. Guardas nacionais organizados nos municípios segue a seguinte ordem: 1º Coronel, 2º Tenente Coronel, 3º Capitão e 4º Tenente.

Neste sentido, a investigação deve-se orientar para outros espaços de atuação como a guerra, o partido político, as esferas militares, a vizinhanças e a vida acadêmica<sup>21</sup>.

Sobre estas relações a outro elemento, *a distinção*, entre estes oficiais, o Alferes Antônio Machado da Silva era o que apresentava menores recursos, a começar pela patente militar, que era considerada pela hierarquia da Guarda Nacional de menor qualificação. Outro ponto consiste no capital relacional, tanto o Barão da Roseta como o Tenente Coronel Jose Romão tinha redes de contado que se estendiam para fora da província mineira, porém, o Alferes Silva não conseguiu realizar o mesmo feito, manteve relações apenas com famílias do sul de minas.

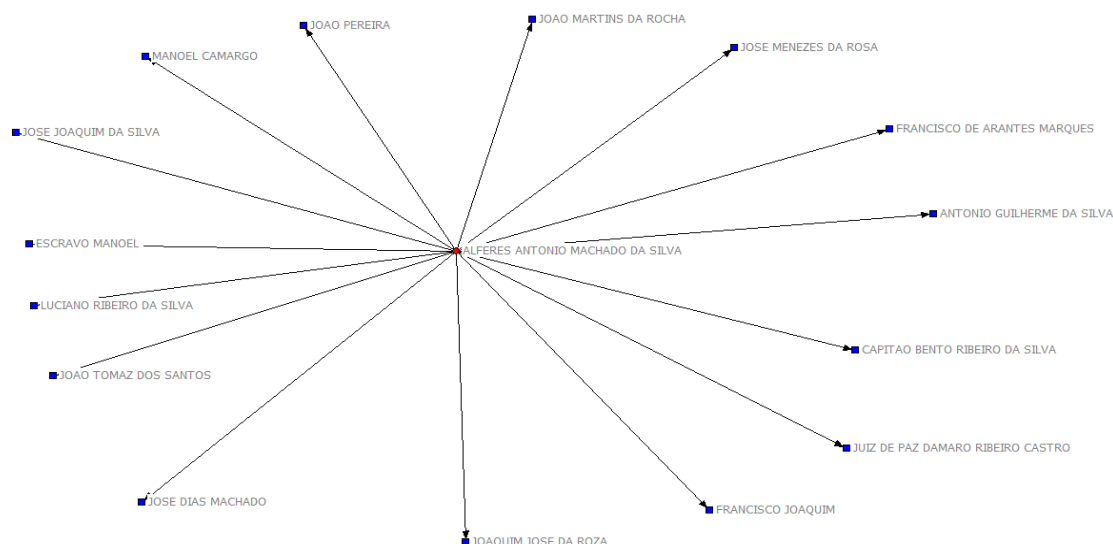
O fato do Barão da Roseta e o Tenente Jose Romão mobilizarem maiores recursos (materiais e imateriais) do que Alferes Silva, talvez, isto pode ser explicado pelas suas distintas origens social, pois estes senhores foram filhos portugueses detentores de importantes títulos no Sul de Minas Gerais. No caso do Alferes Antônio Machado da Silva, seus pais eram pessoas humildes que conseguiram acumular durante a vida poucos recursos.

Apesar do Alferes Antônio Machado da Silva não alçar a mesma notoriedade social destes homens acabamos de citar, foi prestigiado por varias famílias do Termo de Baependi, muitas delas o convidaram para ser padrinho dos seus filhos, No total, o Alferes da Silva compareceu a 26 cerimoniais de batismo, em 13 celebrações esteve na companhia de sua esposa, Dona Gabriela Mendes do Nascimento, nas demais cerimoniais dividiu a responsabilidade do sacramento do batismo com as seguintes madrinhas; Dona Leonor Felizarda da Nogueira, Dona Francelina Mendes do Nascimento (cunhada), Tereza Leopoldina Paiva Ribeiro (Enteada), Ana Cândida Ribeiro (Cunhada) e Inácia Maria, todas portavam o titulo de Dona. O Alferes Silva e Dona Gabriela tiveram que construir suas redes de sociabilidade através do apadrinhamento de crianças, pois durante o tempo que viveram juntos, não tiveram filhos.

---

<sup>21</sup> BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. Introducción. ¿En que punto se encuentra la análisis de redes en Historia? *REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>.

### Compadres do Alferes Antônio Machado da Silva



**Ponto Vermelho:** Padrinho  
**Ponto Azul:** Compadres

**Fonte:** Cúria Diocesana da Cidade Campanha. Livros de Batismo da Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

De acordo com as qualidades sociais dos compadres do Alferes Antônio Machado da Silva, nota-se que estamos diante de um compadrio espiritual de base clientelar. Este termo foi examinado por Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, que o entenderam como uma espécie de economia moral do Dom, tal pratica serviu para explicar as formações de redes clientelares que cimentava as relações de poder no Antigo Regime Português. De acordo com os autores, o Dom consistia num ato de favor, prestado por aqueles detentores de valiosos recursos para seus dependentes, deste modo, o ato de dar incorporava uma triagem de benefício de *dar, receber e distribuir*. Esta triagem seria responsável para cimentar as relações de poder



de uma dada sociedade base num modelo de troca entre agentes de condições sociais desiguais<sup>22</sup>.

Os indivíduos agraciados com o dom estariam ligados a pessoas através de uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores, o que implicaria numa relação de dependência mútua. Segundo Hespanha e Xavier, o ato de dar significaria uma importante estratégia de investimento de poder, de manutenção de status ou de distinções sociais<sup>23</sup>.

É possível que o Alferes Antônio Machado da Silva e os outros senhores que iremos analisar neste trabalho, tenham reiterado a lógica do Dom. Os pais das crianças batizadas eram agentes de modestos estatutos sociais, que necessitavam ligar-se a pessoas poderiam lhe algum ajuda em momentos de crises na família. Ainda que houvesse exceções, era esperados que convidassem pessoas de status sociais iguais ou elevados do pai das crianças. De acordo Luiz Farinatti, a reconstrução destas relações pode nos dizer algo sobre a estratificação social e o prestígio dos envolvidos, além disto, a reconstrução destas redes de compadrio é vista como um modo de acessar relações verticais e horizontais que formam parte importante dos caminhos onde circulam recursos e se estruturavam hierarquia naquela pré-industrial<sup>24</sup>.

Obviamente, que estes indivíduos de modestos estatutos buscavam outros meios de estabilidade, além disto, alguns deles recorreram a outras redes de proteção, como Francisco Roiz de Paula, que além de convidar o Alferes Antônio Machado Silva para ser padrinho de um dos seus filhos, também emitiu convite para Capitão Antônio da Silva Miranda, assim, quando mais se vincula a pessoas melhores situadas na sociedade, menor seria a imprevisibilidade tinha sobre seu futuro. Diante disto, Francisco Roiz sabia muito bem, que vivia numa sociedade marcada por relações desiguais carregadas por tensões e conflitos, e ao se colocar sob a proteção de pessoas de influência local viveria com mais segurança. Mas, para que estes poderosos lhe garantissem favores e proteção, teria que demonstrar respeito e lealdade para a manutenção destas relações.

Retomando aos dados do gráfico acima, as pessoas de prestígio que convidaram o Alferes Antônio Machado da Silva para serem padrinhos dos seus filhos, era seu

---

<sup>22</sup> HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder & As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal – Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, v. 4, 1993, p. 383.

<sup>23</sup> *Idem*, p.383.

<sup>24</sup> FARINATTI, Luís A. E. *Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845)*. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, (2011).

cunhado, o Juiz de Paz, Damaso Ribeiro da Silva, este tipo compadrio servir para fortalecer alianças pré-existentes.

O Alferes Antônio Machado da Silva foi bastante solicitado nas cerimônias de batismo da família de sua esposa, além do filho do Juiz de Paz, apadrinharam mais duas crianças, filhas do Capitão Bento Ribeiro da Silva e a outra de Luciano Ribeiro da Silva. Além disto, o Alferes Silva foi chamado por sua por sogra, Dona Tereza Mendes do Nascimento para ser o seu testamenteiro. Diante disto, nota-se que esta família de sua esposa tinha muito apreço pelo sua figura, o que de forma lhe conferia algum prestígio. Apesar de o Alferes Silva ter ser tornando compadre dos familiares de sua esposa, observa-se que sua rede de compadrio se mostrou bastante heterogêneo, teceu lações de parentesco com indivíduos egressos da escravidão, um destes agentes foi o pardo, Francisco de Arantes Marques, filho natural do português José de Arantes Marques, o patriarca da família Arantes, e Ana Pascoal, crioula forra e ex-escrava de Brígida Maria da Conceição.

O pardo Francisco Arantes Marques em 1814 requereu dispensa de afinidade de ilícita para se casar com Rosa Maria de Jesus. Em seu processo de banho, foi descrito como homem pardo, de 40 anos e vivendo do ofício de ferreiro. Porém, nos registros de batismo que aparece como compadre do Alferes Silva e de outras pessoas importantes da Freguesia de Aiuruoca, sua cor desaparece dos assentos. O sumiço de sua cor, talvez seja resultado de suas relações com pessoas de status sociais elevados. É possível que estes laços, permitissem a este ex-pardo envolvesse em redes de poderosos, algo que lhe dava mais proeminência entre os demais homens livres e o distanciava de um passado escravista.

A conduta social que interferia na mudança ou desaparecimento da cor de uma individua na sociedade escravista brasileira, foi algo largamente discutido pelos historiadores. Hebe Maria Mattos nos informa que a cor inexistente antes de designar apenas o branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para qual a liberdade era pré-condição<sup>25</sup>.

Roberto Guedes nos esclarece que as relações sociais gerava a mudança de cor, para exemplificar este argumento, o autor nos mostra a historia do mulato Jesuíno de Paula Gusmão, um indivíduo de ascendência escrava que se tornou uma das lideranças políticas e religiosas da Vila Paulista de Itu, quando se enviuvou queria tornar frade na

---

<sup>25</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. *Das cores do Silencio* – Significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX: Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, P.109.

Ordem Carmelita Calçada, mas seu pedido foi indeferido, por não ter sangue suficientemente puro. Para ingressar nesta ordem religiosa, recorreu ao capitão-mor de Itu, atendendo o seu pedido, fez que Jesuíno fosse recenseado como branco na lista nominativa a partir de 1810, mudada a sua cor, conseguiu ingressar como clérigo secular, e passou a se chamar, Jesuíno Monte Carmelo. Desta forma, suas relações pessoais foi algo que alterou a sua cor<sup>26</sup>.

No caso que estamos examinando não houve a mudança da cor, mas o sumiço dela, algo que não deixava de ser uma forma de designação social, o que distanciava ainda mais Francisco Arantes de seu passado escravista. As relações deste ex-pardo com o Alferes Silva durou por muitos anos, pois o senhor Antônio Machado da Silva foi também padrinho de casamento de uma de suas afilhadas, os que permitiram que estes laços familiares se renovassem ao longo tempo.

Na parte de baixo deste gráfico, temos os cativos que convidaram o Alferes Antônio Machado da Silva para apadrinhar os seus inocentes rebentos, três destes cativos pertenciam aos membros da família Ribeira da Silva e os outros a um senhor que era casado com a sua enteada.

O que levou o Alferes Silva a apadrinhar cativos na região, pode esta associado a algo além das questões sociais compadrio. Não podemos esquecer que compadrio é revestido de um forte caráter religioso, e o ato de um senhor tornar-se compadre de algum cativo, neste sempre restringia a uma estratégia sociopolítica senhorial, pois tais ações podem estar relacionadas a um ato de caridade exercido por um membro de uma comunidade cristão.

Como observou Joao Fragoso, “o apadrinhamento, entendido como um parentesco ritual numa sociedade em que a vida religiosa se confundia com a social” tem um papel vital na no cotidiano que podem ser encarados como um índice que mede o peso dos grupos na organização social considerada<sup>27</sup>. Aceito isto, fica claro o papel que o compadrio tinha no cotidiano e no regramento das relações sociais e escravista.

### **As redes de compadres do Capitão Antônio Pinto Ribeiro**

---

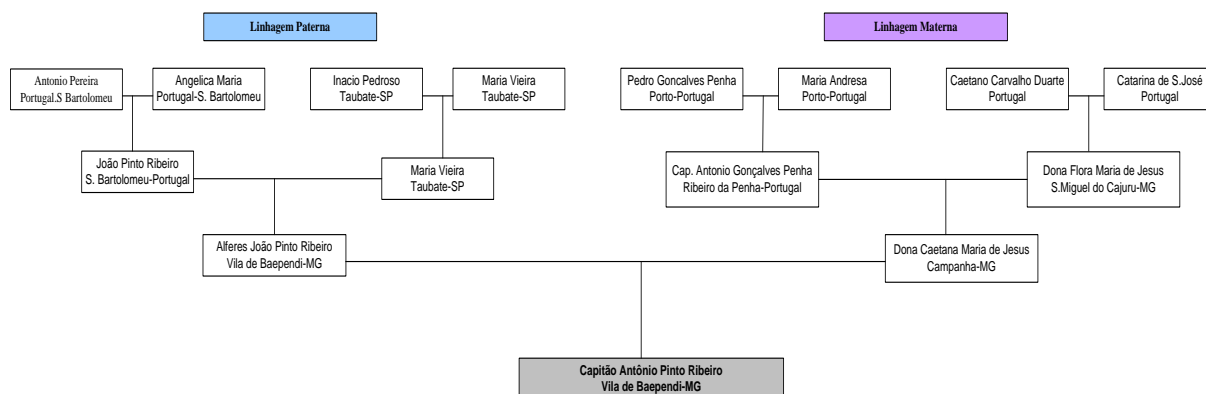
<sup>26</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. Egressos do cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008, p.100.

<sup>27</sup>FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João e GÔUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial, 1720-1821*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 249 e ‘nota 11’ na página 300.

O Capitão Antônio Pinto Ribeiro nasceu e batizou-se na Vila de Baependi, pertencida à família dos Ribeiros, era neto de João Pinto Ribeiro, que chegou a região de Baependi no ano de 1767. Seu avô era natural de São Bartolomeu do Campo, Bispo do Porto, filho de Antônio Pereira e Angélica Maria. Em Baependi no ano de 1776, casou-se com Maria Vieira, natural de Taubaté-SP, filha de Inácio Pedroso e Maria Vieira, neta paterna de Manoel Ferreira de Castilho e Helena Garcia<sup>28</sup>.

João Pinto Ribeiro no dia 14 de agosto de 1797 entrou com um requerimento referente a uma carta de sesmaria de meia légua das terras que possuía de campos e matos no Ribeirão do Rio Verde, área pertencente à Freguesia de Santa Maria do Baependi<sup>29</sup>.

### Genealogia Familiar do Capitão Antônio Pinto Ribeiro



Os pais do Capitão Antônio Pinto Ribeiro, eram moradores do Distrito de São Jose do Favacho do termo da Vila de Santa Maria do Baependi, na lista nominativa de 1831, consta que residiam no 1º quarteirão de fogo de nº 2<sup>30</sup>. Neste documento constatamos que Antônio Pinto Ribeiro ainda vivia nesta unidade, com a idade 22 anos de idade, sendo o filho mais velho. Nesta propriedade havia a 72 cativos, sendo 36 africanos/pretos, 33 crioulos e 3 pardos. Também morava nas terras do Alferes José Pinto Ribeiro mais três forros, Rosa da Silva parda, de 64 anos, solteira e costureira, Manoel da Silva pardo, de 16 anos, solteiro e camarada e Josefa crioula, viúva, de 75 anos, solteira e enfermeira. Entre os escravos 20 eram casados, 48 solteiros e 2 viúvo.

<sup>28</sup> Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial (SC) <[Http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?action=results&query=Joao+Pinto+Ribeiro](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?action=results&query=Joao+Pinto+Ribeiro)>

<sup>29</sup> Arquivo Público de Minas Gerais (APM) Notação atual SG-Cx.33-Doc.09, Data : 14/08/1797.

<sup>30</sup> <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/JoaoPintoRibeiro.htm>.

Nesta lista nominativa são mencionadas as ocupações do Alferes Joao Pinto Ribeiro e de seus filhos. O Alferes Ribeiro aparece recenseado como lavrador, o seu primogênito, Antônio Pinto Ribeiro de 22 anos, *com tropa de seu pai*, os próximos foram, Joao Pinto Ribeiro de 21 anos, como administrador de roça, e Manoel Pinto de 12 anos, como administrador de campo<sup>31</sup>.

O Capitão Antônio Pinto Ribeiro, o primogênito da família Ribeiro, atuou com seu pai no comando superior da Guarda Nacional na Vila de Baependi e nas Freguesias de Aiuruoca e Cristina<sup>32</sup>. É provável que o Alferes Pinto tenha incentivado o seu filho a seguir a carreira militar. Tanto é que, com apenas 26 anos, em 1836, o jovem Antônio Pinto Ribeiro já era Capitão, ou seja, desde cedo já era um oficial. Mas nem sempre isto era possível todas as para, pois algumas condições naturais poderia altera o plano de carreira destes jovens, como o precoce falecimento de primogênitos, ou ainda a ausência de filhos homens nos rol dos herdeiros.<sup>33</sup>

Para os demais irmãos do Capitão Ribeiro lhes restaram administração da fazenda. Antônio Pinto Ribeiro se enquadra entre os chamados herdeiros preferenciais, um assunto que foi largamente debatida pela historiografia concluiu-se que nas famílias de Antigo Regime os primogênitos eram os mais agraciados com recursos e que no futuro com a morte dos pais, se tornariam os novos patriarcas.<sup>34</sup>

Esta questão nos remete a pensarmos sobre a noção de justiça distributiva, pois à predileção pelo primogênito da família Ribeiro, indica que os recursos disponíveis nesta casa senhorial foram desigualmente distribuídos. Sobre este tipo de situação, Giovanni Levi, aponta que a desigualdade entre os herdeiros pode ser estratégica, aceita e

---

<sup>31</sup> <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=10106>

<sup>32</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo Teixeira. *O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

<sup>33</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

<sup>34</sup> BOURDIEU, P. (1972), “Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction”. *Annales*, 27 (4-5), pp. 1105-1127. BRUGGER, S. M. J. (2007), *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Annablume. DURÃES, M. (1988), “Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta”. *Revista de História Económica e Social*, 21, pp. 47-56. \_\_\_\_\_. (1992), “No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social”. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X (3), pp. 125-141. FRAGOSO, J. L. R. (2000), “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, 1, pp. 45-122. PEDROZA, M. (2008b), *Engenhocas da Moral: Uma Leitura sobre a Dinâmica Agrária Tradicional*, Tese de doutoramento, Campinas, UNICAMP. PEDROZA, M. (2009), \_\_\_\_\_. “Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856)”. *Revista de História*, 160, pp. 323- -362. PEDROZA,

racional, pois de acordo com autor, numa dada hierarquia familiares todos seus integrantes reconheciam seus lugares. Para se ascender na carreira militar, o Capitão Ribeiro contou com o apoio de seu pai, e tal atitude não foi questionado pelos seus irmãos, no qual não exigiram os mesmos favores.

Estamos diante de uma casa senhorial que se hierarquiza em todos seus espaços, entre os membros consanguíneos, agregados, forros e escravos. É obvio que as dimensões sociais desta propriedade não se restringiam apenas aos seus residentes, faziam parte desta casa outros clientes e amigos políticos que compunham as redes de relações do Alferes João Pinto Ribeiro, ou seja, pessoas que de alguma maneira faziam parte desta família.

Este tipo de família assemelha-se muito com o tipo de famílias encontradas por Giovanni Levi na região de Santena na Itália em pleno século XVII. Analisando uma imensa serie de cadastros notórias desta localidade, Levi localizou vários grupos familiares não co-residentes, mas interligados por vínculos de compadrio de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias<sup>35</sup>. O autor enfatiza o fato de a família ser um grupo cujos membros possuem vínculos específicos e que esses membros podem ou não residir sob um mesmo teto.

Sobre esta logica, os Ribeiros de Baependi sempre emitiam convites de batismo e casamento para pessoas de outras famílias da região, assim, através destes fortes laços de sociabilidades que não se desfaziam no tempo, tais agentes acabando se tornando membros da família do Alferes Ribeiro.

No ano de 1854, o Capitão Antônio Pinto Ribeiro casou-se com a Dona Cândida Carolina de Jesus, filha de Marcelino Alves Ferreira e de Dona Maria Inácia de Jesus. Esta senhora era nascida e batizada na Freguesia de Carrancas, termo da Vila de São Joao del Rei<sup>36</sup>. No inicio da década de 1840, mudou-se com o Capitão Ribeiro para a Freguesia de São Sebastiao da Encruzilha do Termo de Baependi, residindo na Fazenda dos Pinheiros. Durante o período que esteve casado com o Capitão Ribeiro não gerou filhos, mas na companhia de seu marido apadrinhou muitas crianças na localidade, algo que iremos tratar daqui a pouco.

Ao mudar-se para esta Freguesia da Encruzilha, o Capitão Antônio Pinto Ribeiro levou consigo 7 escravos que residiam na fazenda de seu Pai, nesta nova propriedade

---

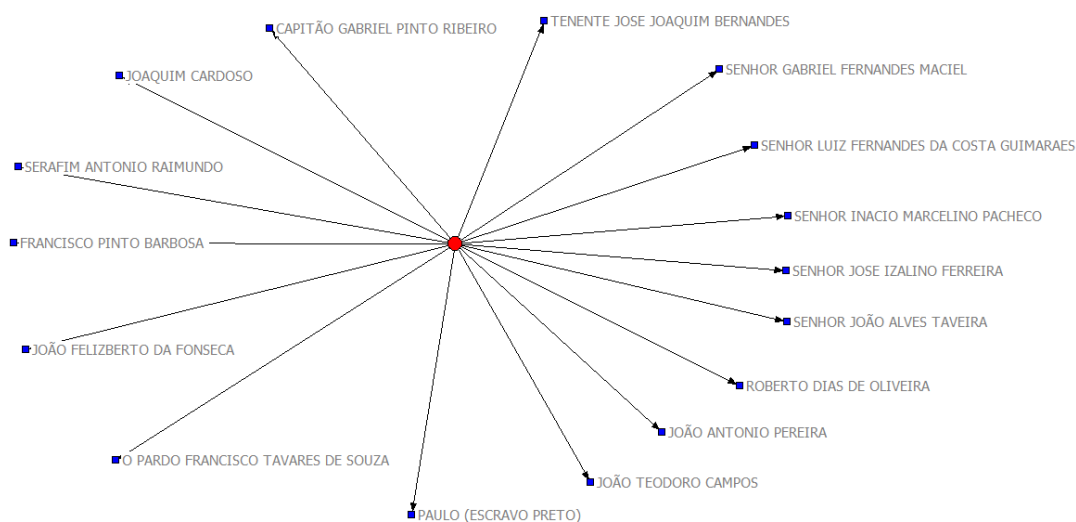
<sup>35</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>36</sup> Assento paróquia de casamento da Vila de Baependi (1830-1888), Livro nº2.

conseguir ampliar o numero de cativos, aumentando para 44 mancipios. Este senhor e sua esposa conseguiram constituir um patrimônio avaliado em 108:212\$180. Com o falecimento de Dona Cândida Carolina de Jesus no ano 1881, parte desta herança foi deixada para órgão José, sobrinho do Capitão Ribeiro, filho do finado Joao Pinto Ribeiro. Quantia que foi repassada para este o menor Jose, foi avaliada em 43:368\$525 (40,3% dos bens), ficando para o Capitão Ribeiro uma menção no valor, 53:837\$190<sup>37</sup>.

Além da riqueza que possuía, o Capitão Antônio Pinto Ribeiro conseguiu constituir uma ampla rede de compadres, pois compareceu como padrinho a 21 celebrações batismais. Importante perceber que este é um dos casos, em que o compadrio nos oferece fortes indícios de hierarquização social, em tese, pessoas com maiores prestígios eram chamadas com frequência para batizar<sup>38</sup>.

### Compadres do Capitão Antônio Pinto Ribeiro. .



**Ponto Vermelho: Padrinho**  
**Ponto Azul: Compadres**

**Fonte:** Cúria Diocesana de Campanha. Livros de Batismos da Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.

<sup>37</sup> Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR). Inventários de Dona Cândida Carolina de Jesus, Ano: 1881, cx. 32.

<sup>38</sup> MATEUS, Marcelo S. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro* (Bagé, c.1820-1870) (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016, p.224.

Nesta imagem grafica observa-se que o Capitão Antônio Pinto Ribeiro conseguiu formar uma ampla rede de compadre, estes laços foram tecidos com pessoas de distintas qualidades sociais, uns eram oficiais da Guarda Imperial, outros senhores de escravos sem patentes militares, um negociante, outro egresso da escravidão e por último, indivíduos presos ao cativeiro.

Vivendo em sociedade hierárquica e excludente, é provável que o Capitão Antônio Pinto Ribeiro tenha dado um tratamento diferenciado para cada uma das famílias que tiveram seus filhos apadrinhados, na função de padrinho, aqueles que zelam pelo futuro dos seus afilhados, é provável que tenha distribuído estes tipos de recursos, de uma maneira desigual, sobre este comportamento, a ideia de Justiça distributiva pode ser aplicável.

Houve situações em que o Capitão Antônio Ribeiro fez questão que alguns de seus afilhados fossem batizados no oratório da sua fazenda, os pais destas crianças eram pessoas de estatutos semelhantes a do Capitão Ribeiro, pois eram oficiais da Guarda Nacional e donos de grandes escravarias na região. Importante resalta, que não foi apenas uma vez, foram várias ocasiões em que o Capitão Ribeiro aparece como padrinho destas crianças.

Nas outras cerimônias de Batismo em que o Alferes Ribeiro compareceu, todas foram realizadas formalmente na Igreja Matriz de Baependi, as famílias que foram a este local sagrado para tecer eternos laços de compadrio como Capitão José Ribeiro, pertenciam a segmentos da sociedade de modestos estatutos, não eram possuidoras de grandes fortunas, títulos e escravos, ou seja, não tinham atributos essenciais de elite, como status, poder e fortuna<sup>39</sup>. Além disto, nenhuma destas famílias não tiveram mais de um filho apadrinhado pelo Capitão Ribeiro.

Pela montagem desta rede de compadres, podemos perceber, como o princípio de justiça distributiva está presente nestas relações, pois nota-se, as relações de reciprocidade desiguais que o Capitão Ribeiro manteve com cada um dos seus compadres que pertenciam a diversas camadas da sociedade, portanto, nestas relações de compadrio, cada um destes agentes, recebeu aquilo que lhe era justo de acordo com suas posições na hierarquia social.

### **As redes de compadres de José de Souza Meireles**

---

<sup>39</sup> KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade, e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF, 2006. (Tese de Doutorado)



O Tenente José de Souza de Meireles nasceu no ano de 1794, era filho do Capitão João de Souza Meireles, originário da Freguesia de Serandes do Arcebispado de Braga, filho de João de Souza e Joana Meirelles. Sua mãe era Dona Mariana Antônio de Jesus nascida e batizada na Vila de São João del Rei e moradora da Freguesia de Aiuruoca, era filha do Capitão José Garcia Duarte e Dona Ana Maria de Carvalho, mais conhecida como Ana do Angahy.<sup>40</sup>

A avó materna do Tenente José de Souza de Meireles nasceu na Freguesia dos Prados, termo da Vila de São José, filha legítima de Caetano de Carvalho Duarte e de Catarina de São José. Casou-se em 1760 na Capela de São Miguel do Cajuru-MG, com José Garcia Duarte<sup>41</sup>.

Os avos maternos do Tenente José de Souza Meireles foram moradores na paragem do Saco do termo de Baependí, razão pela qual sua descendência é frequentemente referida como “Os Garcia Duarte de Baependi”<sup>42</sup>. Em 1799 Dona Ana Maria de Carvalho obteve a sesmaria de meia légua de terra partindo das margens do Rio Elena e confrontando com as terras da sua própria Fazenda do Angai e de outras pessoas<sup>43</sup>. No ano de 1811 faleceu o seu marido, José Garcia Duarte, sendo sepultado na Capela de São José do Favacho, distrito da Freguesia de São Tomé das Letras do Termo da Vila de Baependi.

---

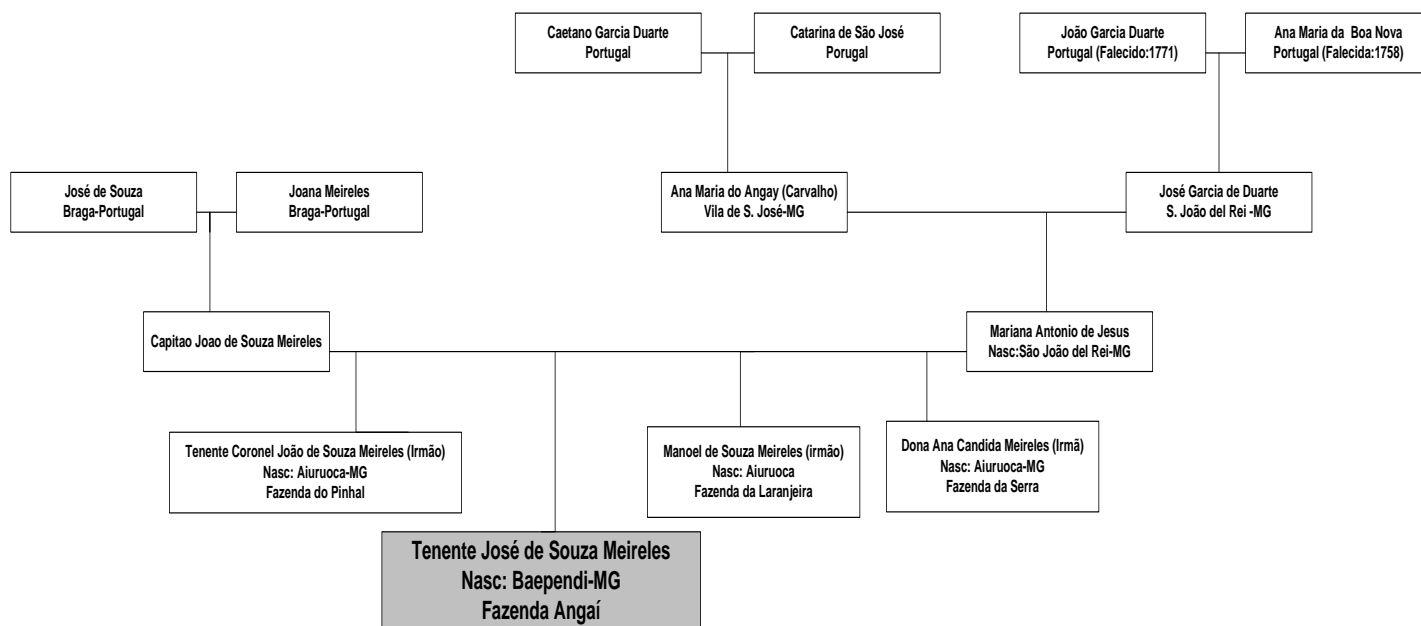
<sup>40</sup> PROJETO COMPARTILHAR: Testamento de Ana de Cunha Carvalho (Ana de Angahy) Coordenação: Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Sate disponibilizado: [www.projetocompartilhar.org](http://www.projetocompartilhar.org).

<sup>41</sup> Museu Regional de São Joao del Rei. Testamento de Ana do Angay, Ano: 1816, cx: 02.

<sup>42</sup> PROJETO COMPARTILHAR: Testamento de Joao Garcia Duarte (Ana de Angahy) Coordenação: Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Sate disponibilizado: [www.projetocompartilhar.org](http://www.projetocompartilhar.org).

<sup>43</sup> PROJETO COMPARTILHAR: Testamento de Joao Garcia Duarte (Ana de Angahy) Coordenação: Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Sate disponibilizado: [www.projetocompartilhar.org](http://www.projetocompartilhar.org).

## Genealogia Familiar do Capitão Jose de Souza Meireles



Dona Ana Maria de Carvalho faleceu no ano de 1826 deixando, deixou de herança para seu neto, o Tenente José de Souza Meireles, a fazenda Angay, uma das propriedades mais prestigiosa da Vila de Baependi, o recebido deste legado é por ter lhe prestado grandes favores. Estas ultimas vontades pode ser visualizada em dos trechos do Testamento de Dona Ana, “o meu neto, o Capitão José de Souza Meireles foi o único consanguíneo que me tem acompanhado e administrado a minha casa e a ele devo todo o aumento que houver, desde o falecimento do meu marido...”<sup>44</sup>

Ao receber esta fazenda, o Capitão José de Souza Meireles saiu das terras de seu pai, localizada no Distrito de São José do Favacho, e mudou-se para esta propriedade com sua esposa, filhos e seus escravos. Infelizmente não sabemos ao certo o ano exato em que o Tenente José de Souza Meireles foi mudou-se para a fazenda da Angai da Vila de Baependi. Temos fortes indícios que mudança ocorreu no inicio da década de 1840, pois neste período, os filhos e os escravos do Tenente Meireles começam a serem batizados nas pias batismais da Igreja Matriz da Vila de Baependi.

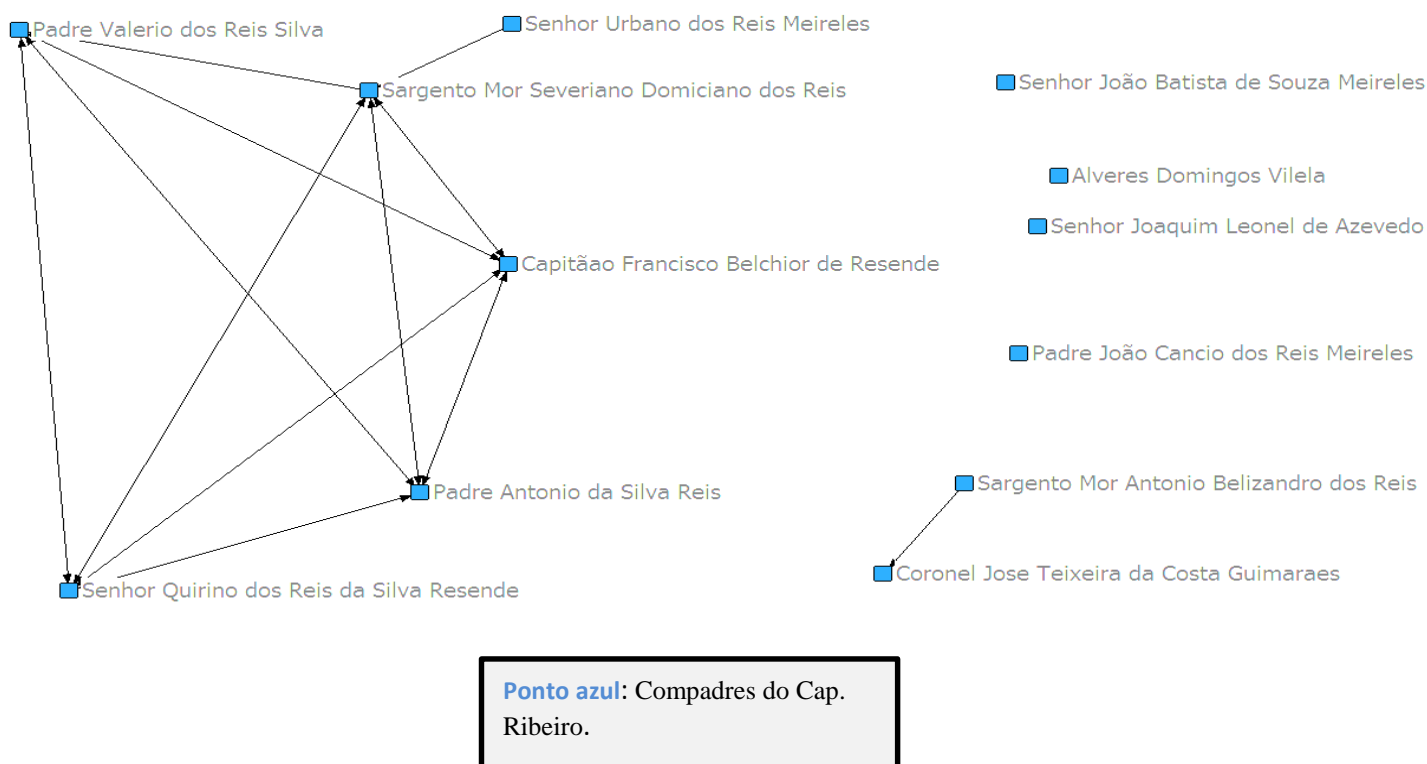
Durante o período em que viveu nesta propriedade, o Tenente José de Souza Meireles conseguiu tornar a fazenda Angai um grande espaço relacional, pois, nesta propriedade foram celebradas 59 cerimoniais católicas, sendo 41 batismos e 18

<sup>44</sup> Museu Regional da Cidade São Joao del Rei. Testamento de Dona Ana Maria de Carvalho. Anexo ao seu inventario. Caixa: 25 Baependi Ano: 1826.

casamentos, uma parte significativa destas pessoas eram livres e escravos de outras unidades, o que nos indica capacidade do Tenente Meireles de estabelecer relações. No oratório de São José de Angai foram batizadas 21 crianças escravas e 20 inocente livres, também, casaram-se neste lugar 5 cativos e 13 pessoas livres. Foram 7 filhos e 7 escravos do Capitão Meireles que foram batizados em sua propriedade, com relação aos matrimônio, apenas uma de suas filhas casou-se em sua casa, por outro lado, 5 dos seus casais escravos contraíram núpcia em sua fazenda.

A importância desta casa senhorial pode ser vistas nas relações de compadrio do Capitão José de Souza Meireles, pois seus filhos foram apadrinhados por pessoas importantes do sul de Minas gerais. Na representação gráfica abaixo, encontram-se os homens que foram convidados a apadrinhar os filhos do senhor Meireles.

### Pessoas que foram padrinhos dos filhos do Capitão Jose de Souza Meireles



**Fonte:** Cúria Diocesana de Campanha. Assentos de Batismo da Vila de Baependi, 1830-1888.

Fazendo um resumo geral deste gráfico, na parte onde se encontra linhas conectadas, estão os cunhados do Capitão Jose de Souza Meireles, e nos quadros desconectados, estão agentes membros de outras famílias do Sul de Minas Gerais. Por este gráfico podemos perceber que o Capitão José de Souza Meireles foi bastante

seletivo nas suas escolhas, convidou ate pessoas com patentes militares mais elevadas do que a sua.

Um deles era o seu cunhado, o Sargento Mor Severino Denunciano dos Reis, que no ano de 1837 apadrinhou o seu sobrinho Prudente. Este senhor era casado com Iria Cândida de Andrade, filha de José Joaquim de Andrade e Francisca de Paula de Jesus. Este senhor e sua esposa eram moradores da Freguesia de Carracas do Termo de São Joao del Rei. Era filho Capitão Antônio dos Reis Silva e Dona Maria Clara dos Reis, que eram moradores da Vila de São Joao del Rei.

No ano de 1841, o Sargento Mor Severino Denunciano dos Reis tornou-se Deputado Provincial, sendo o segundo mais votado na Assembleia Constituinte de Minas Gerais, com 23 votos. Terminado este mandado recebeu o titulo de comendador na Cidade São Joao del Rei.

O Sargento Mor Severino Denunciano dos Reis, teve uma importante participação Revolta Liberal de 1842, era uns dos opositores ao partido conservador, a seu lado nesta empreitada política, estavam mais três dos seus irmãos, que também apadrinharam os filhos do Capitão Meireles.

Estes compadres e cunhados do Capitão Jose de Souza Meireles faziam parte de ligas facciosas espalhadas pela Província de Minas Gerais. Após a derrota dos liberais, o os cunhados do Capitão Meireles, tiveram que se renderem as forças legalistas do Estado Imperial Brasileiro. Em 26 de julho de 1842, na fazenda Santa Cruz do Termo da Vila de Lavra do Funil, Comarca do Rio das Mortes, o senhor Severiano Denunciano dos Reis e seus aliados políticos do partido liberal, tiveram que assinar um termo de apresentação e protesto, no qual, juraram respeitar vontades do Imperador D. Pedro II e as autoridades legais<sup>45</sup>.

É provável que a participação dos cunhados Capitão José de Souza Meireles nestes conflitos políticos, tenham lhes rendidos um importante capital social, pois se se envolveram com importantes figuras politicas da Província de Minas Gerais. Ou seja, pessoas que tinham acesso a varias esperas do poder.

---

<sup>45</sup> SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. Historia da revolução de Minas Geares em 1842: exposta em hum quadro chronologico, organizado de peças officiaes das autoridades legitimas, dos actos revolucionários de liga facciosa, de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente, e de outros documentos importantes, e curiosos sobre a mesma revolução. Rio de Janeiro: Typ. de J.J. Barroso, 1843, 74. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185606>.

Este tipo de relações de compadrio demonstra como uma pessoa poderia contar com agentes que poderiam acessar recursos que estariam fora de seu alcance. Nesta situação, caso o Capitão José de Souza Meireles necessita-se de algo que estaria fora do seu alcance, recorreria aos seus cunhados.

Talvez isto explique o fato do Capitão José de Souza Meireles ter reiterado novos laços familiares com seus cunhados. Além disto, estes poderosos padrinhos poderiam zelar pelo futuro dos seus afilhados e lhes projetarem em elevados postos da sociedade. Este tipo de relações corrobora o que Silva Brugger vem apontando para o Compadrio, as pessoas sempre procuravam fazerem alianças *para cima*, pois para compadres e comadres seriam escolhidos indivíduos de condições sociais iguais ou superior<sup>46</sup>.

Analisando não somente os registros paroquiais como também outras fontes<sup>47</sup>, observamos que o capital relacional do Capitão Meireles não era tão extenso quando a dos seus cunhados e compadres relacionou-se apenas com famílias do Sul de Minas Gerais. As redes de contados dos seus cunhados tinham um largo alcance geográfico, além de relacionarem com as famílias sul-mineiras, ligaram-se a indivíduos de outras áreas das províncias e, por vezes, de outras partes do Brasil.

Considerando que estamos estudando uma sociedade onde a o capital relacional e a *fama* de uma pessoa lhe conferia status e poderes, o fato do Capitão José de Souza Meireles não possuir uma ampla rede relacional como dos seus cunhados, isto de alguma forma, não o colocava no mesmo patamar social destes homens, neste caso, estamos diante de um compadrio de relações desiguais. Isto mais uma vez, remete a ideia de justiça distributiva. Apesar de o Capitão Meireles ser detentor de um importante título almejava por muitos senhores da região, tais condições não o isentava da distinção que o abatia diante de seus compadres e cunhados de prestígio, nestas relações com estes agentes, os recursos conferidos ao senhor Meireles esta de acordo com o reconhecimento que tinha naquela sociedade<sup>48</sup>.

---

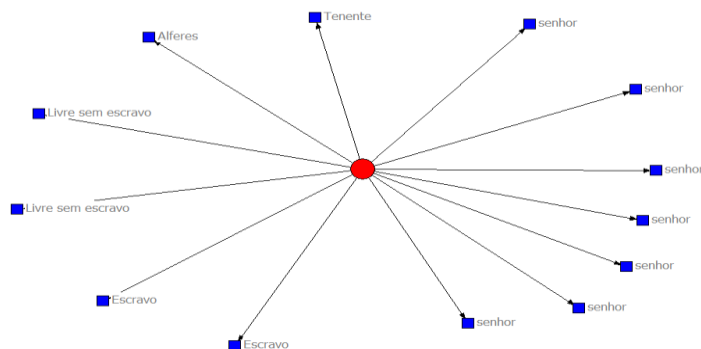
<sup>46</sup> BRÜGGER, Sílvia. *Minas Patriarcal: Família e sociedade* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007.

<sup>47</sup> Lista nominativas de habitantes, Periódicos – Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR), APM: Anais da Assembleia Provincial de Minas Gerais. Relatórios de Presidente da Província, Minas Gerais (1870 a 1889). Inventários post-mortem e testamentos da Vila de Baependi, Registros Paroquiais de Casamento da Vila de Baependi (1830-1888).

<sup>48</sup> LEVI, G. Reciprocidade mediterrânea. IN: OLIVEIRA, M.R e ALMEIDA, C.M.C. (Orgs). *Exercícios de Micro História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

Agora examinaremos outra rede de compadres do Capitão José de Souza Meireles, neste caso, suas relações foram mais tecidas para baixo.

### Pessoas que tiveram filhos apadrinhados pelo Capitão José de Souza



**Ponto vermelho:** Padrinho  
**Ponto Azul:** Compadres

**Fonte:** Cúria Diocesana de Campanha. Assentos de Batismo da Vila de Baependi, 1830-1888

Na malha parental do Capitão Jose de Souza, temos pessoas de diferentes lugares da sociedade, nota-se que a oficiais da Guarda nacional, senhores leigos sem patentes militares, livres sem cativos e escravos. Assim este senhor manejava a reiteração do seu capital relacional, alargando suas relações de reciprocidade e hierarquia com diferentes setores da sociedade, mas com importante acento no corpo de oficiais e de senhores escravos.<sup>49</sup>

Nenhumas destas pessoas representadas neste gráfico não estavam no mesmo patamar social que se encontrava o Capitão Meireles, neste sentido, estas redes de compadres eram baseadas em relações de reciprocidade desiguais. De acordo com antropólogo francês Marcel Mauss, este tipo de relações seria baseado numa forma de *amizade desigual*, que funcionaria através da logica os atos de dar, receber e distribuir, assim, as diferentes esferas de poder legitimava estas ações.<sup>50</sup>

<sup>49</sup> FARINATTI, Luis Augusto. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, nº. 3, set.-dez., 2012.

<sup>50</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Esta “amizade desigual” explicada por Mauss pode ser vista nas relações de compadrio entre o Capitão Jose de Souza Meireles e seu compadre Mateus Antônio Paiva. Este senhor morava nas terras do pai do Capitão Meireles, localizadas no Distrito São Jose do Favacho, nesta propriedade estava na companhia de sua esposa e de mais 9 filhos, destes, 4 foram apadrinhados pelo Capitão Meireles.

O Capitão Meireles também foi padrinho de casamento de uma das filhas do senhor Mateus Antônio de Paiva, que era sua afilhada. A reiteração destes convide, sugere que o compadrio poderia ser reiterado por muito tempo. Além disto, a reiteração destas relações seria uma forma de sempre contar com o apoio do seu compadre. Como dissemos anteriormente, o senhor Mateus Antônio de Paiva vivia com a sua família em uma das terras do pai do Capitão Jose de Souza Meireles, caso esta propriedade fosse exigida por alguns dos herdeiros, poderia contar com o apoio do compadre Meireles. Neste sentido, havia nesta relação uma economia de favores<sup>51</sup>, em outras palavras, de reciprocidade social desigual. Ao benfeitor cabia conceber e ao beneficiado ser fiel.

Percebe-se que no gráfico acima, o Capitão Meireles tornou-se compadre de dois escravos, estes eram os africanos, Luís e Francisco, ambos eram os cativos mais antigos da Fazenda Angay, nesta unidade foram os que mais apadrinharam e tiveram filhos batizados por várias pessoas livres, ou seja, ao menos nesta propriedade, eram considerados os campeões de batismo<sup>52</sup>. Diante destes fatores, caso o Cap. Meireles recusasse o convite destes cativos, tal atitude não seria muito bem vista pela sociedade, além disto, por viver por longas décadas ao lado destes escravos, suas relações com estes cativos foram se tornando ainda mais estreitas, o que contribuiu para a concretização destes laços.

Fazendo um rápido giro nas redes de compadres do Capitão José de Souza Meireles, quando convidou pessoas para apadrinhar seus filhos, havia indivíduos de status sociais iguais e mais elevados. Este tipo de relações não está a margem da norma do compadrio, onde se escolhiam pessoas iguais ou superiores daquelas que emite o convite. Desta forma, a relação do Capitão Meireles com os padrinhos dos seus filhos ocorreu através das relações de reciprocidades desiguais. O Capitão Meireles em alguns

---

<sup>51</sup> XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. “Redes Clientelares” in: Antônio Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal* – vol.4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993b.

<sup>52</sup> O termo *campeões de batismo* foi empregado por Luiz Farinatti para examinar aqueles que foram procurados para apadrinhar uma enorme quantidade de crianças presas ou não ao cativo. Ver: Luiz Farinatti, *Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na Fronteira Meridional (1817- 1844): Primeiras notas de pesquisa. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: 2011.

pontos a assemelhava-se a estes homens, pois tinha atributos essenciais de elite, porém, em outras instâncias, não havia acessado a mesma quantidade de recursos do que estes homens, que conseguiram criar uma ampla rede política em outras Províncias do Brasil.

De acordo com Antônio Manoel Hespanha, é possível que um amigo se identifique com o outro amigo, daí a relação de reciprocidade, mas, pode haver uma desigualdade, quando, mormente um dos polos (pessoas ou grupos) está em relação assimétrica em relação ao outro. Com base nesta explicação, é possível que no âmbito local a distinção entre o capitão Meireles e seus compadres prestígio poderia ser mais amena, mas em outras esperas de poder mais acessivas a estes homens e menos ao Capitão Meireles, a desigualdade ficaria mais visível.

Todo o esforço do Capitão José de Souza Meireles e de sua esposa, Dona Ana Paulina de Resende em convidar pessoas de prestígios para apadrinhar seus filhos, consiste numa estratégia de estarem inseridos entre as primeiras famílias da hierarquia social. Nisto, tal colocação seria mantida pelas antigas e novas alianças políticas provenientes de suas relações de compadrio com os agentes de poder. Além disto, estes compadres poderiam fornecer para o Capitão Meireles bases sociais de apoio para a disputa do poder intra-elite.

Conforme Barrington Moore, (1988), não basta chegar ao topo da pirâmide social para que uma família seja parte da elite *ad infinitum*. Moore afirma que tão difícil quanto escalar os degraus da hierarquia social e chegar ao topo era manter-se nele. Nome, propriedades, riqueza, prestígio em um dado momento nunca eram, por si só, suficientes para a permanência de pessoas e famílias como membros da elite. Há a constante necessidade de reiteração das qualidades que os alçaram a tais posições e de reinvenção dos mecanismos que as sustentam<sup>53</sup>.

A distinção que abatia o Capitão José de Souza Meireles no meio dos seus poderosos compadres era também reiterada por ele, quando era convidado apadrinhar crianças pertencentes a famílias de modestos estatutos sociais. Este pequeno quadro relacional, nos mostra como a desigualdade pode ser reiterada em diversas escalas sociais, é provável que estes compadres de menores estatutos sociais tenham reproduzido a mesma lógica no interior dos seus respectivos grupos, isto vale também, para aqueles recém-saídos da escravidão, como para os próprios cativos.

---

<sup>53</sup> MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.



A trajetória de vida relacional do Capitão Meireles nos faz pensar como a hierarquia e a exclusão social na sociedade oitocentista brasileira eram reproduzidas e multiplicadas em vários segmentos. E isto, era algo que garantia o pleno funcionamento escravidão.

### **Considerações finais**

Neste artigo, procuramos demonstrar como a noção de justiça distributiva vigente nas sociedades mediterrâneas de antigo regime, atravessou o atlântico e esteve presente nas relações de compadrio de alguns homens que fizeram parte da elite da Vila de Sana Maria do Baependi. Apesar de pertencerem a um grupo de homens abastados da região, isto não os tornavam iguais, pois todos vieram de distinções espaços e galgaram diferentes escalas, assim, formaram distintas redes de compadres.

O Alferes Antônio Machado Silva e o Capitão Antônio Pinto Ribeiro foram apenas convidados para apadrinharem crianças na região, durante seus casamentos não tiveram filhos, e por isto, suas redes compadres foram tecidas através do apadrinhando de crianças. Ao contrario destes homens, o Capitão José de Souza Meireles teve vários filhos, que foram apadrinhados por homens de grande notoriedade política no Império Brasileiro. Além disto, como os outros oficiais, foi procurado por muitas pessoas na região, para apadrinhar os seus filhos.

As redes de compadres que foram tecidas por estes homens, nos mostraram como a sociedade oitocentista brasileira era desigual e hierárquica, percebemos isto, quando estes agentes se relacionaram pessoas de distintas qualidades sociais, começando pelos escravos até chegar às pessoas de elevado estatuto sociais. Diante destes fatores, é possível que estes homens não tratassem os seus compadres da mesma forma, cada um foi tratado de acordo com a posição que ocupava na sociedade.

O mesmo tratamento dado a um compadre Alferes, não é o mesmo dado a um compadre livre pobre ou um escravo, neste caso, foi atribuído a cada um o quinhão lhe compete. Disto decorre que o estatuto social destes agentes é o ponto importante para entender como a noção de justiça distributiva perpassa nas relações de compadrio.

Os três oficiais da Guarda Nacional que analisamos neste trabalho, participaram da aplicação justiça distributiva, quando terão ao apoio e proteção aos seus compadres e afilhados, retornando a eles a dívida inicial de ser incluídos em suas famílias através do

parentesco ritual e religioso. Além disto, estas famílias acabavam ampliando as áreas de influencia destes homens, os tornando mais prestigiados. Em linhas gerais, os oficiais padrinhos desta pesquisa, sendo compadre de pessoas de distintas qualidades e tratando-as de acordo com a posição que possuía naquela sociedade, agiram segundo os princípios da Justiça distributiva vigentes em sociedades mediterrâneas de antigo regime.

### **Fontes Manuscritas.**

Registros paroquiais de batismo da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888).

Registros paroquiais de Casamentos da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888).

Registros paroquiais de Óbitos da Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888).

Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR). Inventários e testamentos do Alferes Antonio Machado da Silva, Ano 1869, cx. 26.

Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR). Inventários e testamentos do Capitao Antonio Pinto Ribeiro, Ano 1884, cx. 42.

Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR). Inventários e testamentos da Vila de Baependi, Dona Caetana Maria de Jesus, Ano 1881, cx. 42.

Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei, MG (ETI-SJDR). Inventários e testamentos da Vila de Baependi, de Joao da Costa e Souza, Ano 1832, cx. 42.

Museu Regional de São Joao del Rei. Testamento de Ana do Angay, Ano: 1816, cx: 02.

### **(APM) Arquivo Publico Mineiro.**

Lista Nominativa do Distrito de São Jose do Favacho do Termo de Baependi, ano de 1831,1832 e 1840.

### **Fontes de Internet:**

Biblioteca Nacional (BN)

Hemeroteca Digital: Jornal Baependiense, 1877-1881.

PROJETO COMPARTILHAR: [www.projetocompartilhar.org](http://www.projetocompartilhar.org).

### **Bibliografia:**

BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. Introducción. ¿En que punto se encuentra la análise de redes en Historia? **REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 21, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>.

BRÜGGER, Sílvia. **Minas Patriarcal: Família e sociedade** (São Jão del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2007.

CASTRO, Hebe Mattos de. **Das cores do Silêncio** – Significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX: Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995

FARINATTI, Luís A. E. **Os compadres de Estevão e Benedita**: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, (2011).

FERREIRA, Roberto Guedes. **Egressos do cativo**. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1789-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008, p.100.

<sup>1</sup>FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GÔUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial, 1720-1821**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HAMEISTER, M. D. **Para Dar Calor à Nova Povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057416.pdf>. Consultado em 10/2016.

HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder & As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **História de Portugal – Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, v. 4, 1993.

KELSEN, Hans. **A Justiça e o Direito Natural**. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Almedina, 2001.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família, sociedade, e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Niterói: PPGH/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

LEVI, G. “Reciprocidade Mediterrânea”. In: RIBEIRO, M. & ALMEIDA, C. M. C. de (orgs.). **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATEUS, Marcelo S. **A produção da diferença**: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870) (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: **Sociologia e Antropologia**. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PAULA, Juliano Tiago Viana de Paula. **Escravidão, paternalismo e compadrio no Sul de Minas Gerais**. Vila de Santa Maria do Baependi (1830-1888), (Qualificação de Doutorado), PPHR-UFRJ, 2016, p.47.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província**: Rotas de comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. (Dissertação) Araraquara: UNESP, 2006.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo Teixeira. **O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “Redes Clientelares” in: António Manuel HESPANHA (coord.), **História de Portugal** – vol.4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.